

DEFICIÊNCIA AUDITIVA: ACEITAÇÃO DO SURDO E A RELAÇÃO INTERPESSOAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Edilene Leite Alves
Mestranda – PPGL – UERN
eddileite@gmail.com

Eliane de Azevedo Bezerra
Pós-Graduanda – CAP – UERN
elianeuzl@hotmail.com

Jorge Augusto Silva Duarte
Pós-Graduando – CAP – UERN
Augustouzl10@hotmail.com

RESUMO: A estrutura da educação básica ainda passa por muitas carências referentes ao modelo que seria ideal para o ensino público, os projetos fluem com frequência na escrita, mas na prática permanecem como algo ainda distante dos padrões necessários para o ensino. Dessa forma, o presente estudo apresenta intenções que buscam a Educação Inclusiva e destina-se a observar as condições oferecidas aos alunos com deficiência auditiva no ambiente escolar. Para isso, utilizamos como embasamento teórico os pensamentos dos autores: Creswell (2007), Freitas (2009), Libâneo (1998), Mantoan (2005), Mendes (2010) e Sousa (2012). Trata-se pois, de uma pesquisa que se enquadra nas linhas qualitativas, com necessidade de ir a campo, onde escolheremos um(a) aluno(a) com deficiência auditiva de uma escola municipal para saber sobre sua vivência escolar – as condições e forma de tratamento dadas a ele(a). Para obtermos os resultados pretendidos, realizamos uma entrevista com o educador responsável pelo ensino diário do(a) estudante selecionado(a). Nesta perspectiva, é interessante ressaltarmos que de grande relevância que novos estudos sejam feitos sobre essa temática, no intuito de esclarecer cada vez mais a sociedade sobre esse assunto, possibilitando também novas contribuições para o meio acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Deficiência Auditiva. Ensino Público.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos dias atuais, quando falamos em Educação Inclusiva, percebemos que há uma considerável necessidade para alcançar o padrão ideal, visto que, ainda há preocupação em buscar recursos para qualificar o status, devido ao aumento na demanda do público deficiente em frequentar a escola. Infelizmente muita coisa ainda precisa ser feita para que o direito a Educação para todos seja cumprido rigorosamente, pois, a busca por uma melhor estrutura não é o único desafio, a carência na aceitação do público com deficiência também é um grande obstáculo nessa luta. Aprender dentro de

seus limites e condições de aprendizagem não adequadas se condicionam como uma problemática.

Em nosso estudo, objetivamos analisar como ocorre esse processo de aceitação da criança com deficiência auditiva no ambiente escolar, observando a forma como ela é tratada na escola diante de situações promovidas pelo espaço da Escola Municipal Tancredo Neves, na sala de aula do 4º Ano do Ensino Fundamental I, localizada na cidade de Umarizal – RN. Nossa análise será realizada através de um questionário composto por quatro (4) perguntas, feitas a apenas um professor(a) da referida instituição.

Como norte para nossos estudos, faremos uso das teorias de Creswell (2007), Libâneo (1998), Mantoan (2005), Mendes (2010) e Sousa (2012), os quais tratam da temática em questão, temática essa que sempre deixará lacunas para que novos estudos sejam realizados, e contribuam para o meio acadêmico.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para um melhor entendimento sobre a deficiência auditiva, traremos um pouco de teoria desde o seu surgimento, até os desafios encontrados no ambiente escolar para com esse público, afim de esclarecermos um pouco mais sobre esse assunto.

2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL: O SURGIMENTO

Inicialmente, práticas educacionais não visavam o processo de inclusão/exclusão dentro de sala de aula, o que causava um certo desconforto para os estudantes que possuíam alguma deficiência ou necessidades especiais, como era chamado inicialmente, sejam elas física, social, intelectual, entre outras. Fato este que era uma negligência por parte de governo que não oferecia aos profissionais formação adequada para lidar com esse alunado.

Esse acontecimento não se limitava apenas a escola, pois, a sociedade, durante determinados períodos, também se mostrou negligente em relação ao público que apresentava alguma deficiência, como Freitas (2009, p. 8188) nos mostra:

Ao longo da história, o cenário, particularmente no que se refere às pessoas com necessidades especiais nem sempre foi o de aceitação de

igualdades. Até meados do século XVIII algumas práticas eram executadas com estas pessoas, tais como abandono, afogamentos, asfixia, dentre outras.

Desta forma, é notório que a sociedade condenava e negava as pessoas com deficiência qualquer direito ou chance de inclusão social. Qualquer indiferença física ou mental apresentada por algum indivíduo era sentença de exclusão, ou até mesmo de execução, por serem considerados incapacitados, fracos e debilitados. Não existia vestígio de identificação com o outro nessas ocasiões. A mesma autora pondera que entre o final do século XVIII e início do século XIX, países escandinavos e da América do Norte, promoveram uma institucionalização para pessoas com deficiência, o processo principiou a Educação Especial, sendo que, no Brasil as primeiras classes especiais foram fundadas entre 1960 e 1965 (FREITAS, 2009).

Freitas (2009) também referência a Conferência Mundial de Educação nacional, realizada em Salamanca, na Espanha, gerenciada pelo governo espanhol e pela UNESCO, que originou o comprometimento de muitos países com a educação inclusiva. Nesta mesma conferência criou-se a *Declaração de Salamanca*.¹

Nos dias atuais percebe-se avanço quando se fala em Educação Inclusiva na parte burocrática do sistema de ensino, criando leis, projetos e recursos que auxiliem o público deficiente estudantil no ambiente escolar, mas isso não significa que o processo de Educação Inclusiva esteja ideal, pois na prática muita coisa ainda precisa ser feita para que esse direito seja cumprido rigorosamente, e o oferecimento de qualificações para os professores mantenha-se atualizado para que esses profissionais da educação possam trabalhar dentro das especificidades necessárias dos alunos deficientes.

A escola enquanto principal instituição mediadora do conhecimento, necessita manter-se atualizada para abranger a diversidade estudantil em suas salas, dentro de uma perspectiva inclusiva. “a escola de qualidade é a que contempla as diferenças, pois só assim será a escola de todos, sendo a inclusão uma consequência natural” (SANTOS, 2011, p.150). Seguindo a linha de pensamento da autora, o ambiente escolar tem o papel de reconhecer e está apta a receber vivências diferenciadas em seu contexto.

2.2 O CONCEITO DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA

¹ Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.

Na sociedade atual, as pessoas que apresentam deficiência auditiva, os surdos, também são rotuladas como mudas – classificação que deve ser considerada errada, pois a mesma não consegue expressar sua comunicação oral pelo fato de nunca ter sido possibilitada de ouvir algo, Santos (2003, LIMA E ROSI apud SCLAIR, p. 17, 2003) sanciona:

A deficiência auditiva é caracterizada como um problema sensorial não visível, que acarreta dificuldades na detecção e percepção dos sons e que, devido à natureza complexa do ser humano, traz sérias consequências ao indivíduo. A presença de qualquer alteração auditiva na primeira infância compromete o desenvolvimento da criança como um todo, nos aspectos cognitivos, sociais e culturais; além de comprometer os aspectos linguísticos, pois existe um período crítico para a aquisição de uma língua.

Para amenizar essa realidade é necessário que a conscientização seja instantânea e acolhedora à diversidade de sujeitos com deficiência. Estudar e analisar a deficiência auditiva, pode contribuir com a percepção desta no indivíduo cada vez mais cedo, como Santos, Lima e Rossi (2003, p. 18) apontam:

Dessa forma, a detecção precoce da deficiência auditiva torna-se imprescindível, uma vez que otimiza os processos terapêuticos e aumenta a probabilidade de se aproveitar ao máximo o potencial de linguagem expressiva e receptiva, de alfabetização, do desempenho acadêmico e do desempenho social e emocional das crianças.

Assim, quanto mais cedo a deficiência for percebida, melhor para formação e inclusão social do indivíduo. A possibilidade de aproveitamento da linguagem, com foco na alfabetização desde a infância auxilia o estímulo e expressão de sentimentos, compreensão, interpretação e comunicação do sujeito. Todo esse processo deveria ser espelho para o sistema de educação, e instalá-lo e atualizá-lo continuamente nas instituições educativas, dentro de uma perspectiva de educação inclusiva.

2.3 DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA ESCOLA: DESAFIOS E MEIOS PARA O ALUNO E PARA O PROFESSOR

Certos de que a conscientização precoce sobre a percepção da deficiência auditiva é necessária para o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento da

linguagem, a realidade enfrentada em sala de aula nos dias contemporâneos não condiz com esses fatores, pois a maior parte das escolas não possuem estrutura e capacitação adequada para os profissionais que se deparam em receber em sua sala de aula alunos com deficiência auditiva. As dúvidas sobre a metodologia adequada para se trabalhar com esses alunos ainda é exemplo de questionamento para muitos educadores, e por essa razão, muitos pesquisadores buscam em seus textos disponibilizar métodos que possam servir de orientação para os discentes diante desses momentos, como expõe Sousa e Mourão (2012, p. 29) elucidam:

Primeiro, o professor precisa saber que a pessoa surda percebe e compreende o mundo por meio da visão, preponderantemente, mesmo que utilize recursos para aquisição da língua oral. Esse pressuposto vai nortear as atividades no sentido de que sejam explorados os recursos visuais. No entanto, as imagens precisam ter significado, não se trata apenas de usá-las como ornato, deve-se sondar o que e como foi compreendido por esse público.

A concepção sugere que o educador use como referência outros sentidos que o aluno deficiente auditivo possui, como a visão, de maneira que estimule o educando a despertar sua capacidade expressiva, interpretativa e também ativa. Trabalhar a linguagem não verbal pode ser um meio em que o professor consiga envolver toda a turma no momento da aprendizagem, aproximando-se de um nivelamento preciso e necessário.

Conhecer sua turma, é fator fundamental e diferencial para o professor ministrar suas aulas, principalmente se tiver alunos com deficiência auditiva, pois há surdos que conseguem ainda manifestar alguma habilidade linguística, através da leitura labial, outros usam o sistema de sinais e mímicas, e outros sinais de oralidade em momentos diferentes, assim mostra Sousa e Mourão (2003). Para se trabalhar dentro desta perspectiva é necessário que seja concedido as ferramentas necessárias: capacitação, estrutura, recursos, socialização e etc., condições que são essenciais e diferenciadas para se poder contribuir com o aluno surdo em processo de aprendizagem.

3 METODOLOGIA

Para o presente trabalho faremos uma análise sobre as condições oferecidas ao aluno deficiente auditivo dentro da construção do processo de ensino, através de um

questionário contendo quatro (4) perguntas, as quais serão feitas a uma professora da turma do 4º Ano, que é Pedagoga e Especialista em Psicologia da Área Escolar. As perguntas do questionário são todas voltadas para o aluno com deficiência auditiva no ambiente escolar, e serão analisadas de acordo com as respostas que obtivermos da entrevistada, com base nos teóricos aqui estudados e que já foram mencionados anteriormente.

Nossa pesquisa é de natureza qualitativa, que segundo Creswell (2007) pesquisa não se preocupa com dados numéricos, possui informações narradas e contato direto do pesquisador com o *corpus* em análise. Diante dessa visão do autor, o presente artigo destina-se a situar o aluno com deficiência auditiva no contexto escolar contemporâneo.

3.1 DADOS SOCIOGRÁFICOS

IDENTIFICAÇÃO	P1
NOME DA ESCOLA	Escola Municipal Tancredo Neves
SEXO	Feminino
ANO/SÉRIE QUE LECIONA	4º Ano
FORMAÇÃO	Pedagoga e Especialista em Psicologia da Área Escolar

4 RESULTADOS

Realizamos nossas análises de acordo com as respostas dadas pela Professora questionada, a chamaremos de P1 para preservarmos sua identidade.

Assim, iniciamos nosso questionário com a seguinte pergunta: **“A escola está preparada para receber alunos com deficiência auditiva?”**. P1 respondeu *“Não está. Eu mesmo não estou preparada para recebê-los. Não sei falar libras. As atividades não conseguem ser feitas da maneira correta. São feitas apenas com o pai e mãe. A aluna é bem recebida. Deveria haver alguém preparado para ficar com ela.*

De acordo com a resposta que nos foi dada, pudemos perceber que P1 se sente despreparada para trabalhar com esse público, pois em sua fala destaca o fato de não saber fazer uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que é de uso extremamente importante em sala de aula para alunos com deficiência auditiva, tanto que a mesma

destaca a necessidade de alguém preparado para tentar desenvolver a aprendizagem dessas crianças, não colocando-se como uma profissional capaz de ultrapassar obstáculos e buscar fazer destes aprendizados para si mesma. Nesta perspectiva Mendes (2010, p. 23) vem nos dizer:

Pensar em educação inclusiva exige romper radicalmente com algumas das referências que herdamos e inventar novas formas de educar. Para que isso seja possível, é fundamental que estejamos abertos ao questionamento permanente e aceitemos nossas incertezas como parte natural do processo de “reinvenção”.

Entendemos dessa forma que, o bom profissional deve saber lidar com as diferentes situações que o contexto social apresenta, e assim tentar usá-las a seu favor, de forma proveitosa e que possa contribuir gradativamente para o processo de ensino e aprendizagem, em especial da educação inclusiva, a qual exige do professor um pouco mais do que o seu melhor, exige ultrapassar limites e descobrir o novo, para obter êxito em sua missão mediadora, e também crescer como ser humano e profissional.

P1 demonstrou muita insegurança, e sabemos que todo bom profissional deve ser corajoso o suficiente para vencer os desafios que lhe forem atribuídos, e a deficiência é um desafio prazeroso que não deve ser considerado impossível, e sim visto como uma forma de ampliarmos nosso repertório para melhorarmos nosso profissionalismo.

Nossa segunda pergunta foi: **“A escola dispõe de recursos apropriados para o aluno com deficiência auditiva?”**. Segundo P1 *“Não. A escola não está preparada para receber o aluno especial com deficiência auditiva. É necessária mais preparação para com os profissionais. Mais recursos.*

P1 deixa claro a falha por parte da escola para atender aos alunos com deficiência auditiva, destaca também a carência de recursos que favoreçam esse trabalho, assim como enfatiza a falta de preparação dos profissionais. Diante dessa linha de pensamento Libânio (1998) diz:

Os momentos de formação continuada levam os professores a uma ação reflexiva. Uma vez que após o desenvolvimento da sua prática, os professores poderão reformular as atividades para um próximo momento, repensando os 4944 pontos positivos e negativos ocorridos durante o desenrolar da aula. Buscando assim melhorias nas atividades e exercícios que não mostraram-se eficientes e eficazes no decorrer do período de aula.

Para o autor, a formação continuada leva o professor a trabalhar de forma reflexiva, com um pensamento mais crítico e um olhar diferenciado, na tentativa de melhor atender seus alunos de acordo com seus limites e necessidades.

Em nosso terceiro questionamento, perguntamos: **“Como se dá o ensino para o aluno com deficiência auditiva?”**. De acordo com P1: *“A chegada é como o todo o aluno, com seus materiais normais. As atividades são feitas como ela bem entende. Tento fazer ela entender através de gestos. Ela é imperativa, sai da sala e corre pela escola. Vai na biblioteca e pega livros. Vejo pontos positivos nela, exemplo disso é que já ouve momentos dela me chamar atenção para mostrar que seu nome estava errado. As vezes ela desiste das atividades, mas eu sempre a incentivo. Consigo fazer atividades com atenção especial, orientando-a bem de perto.”*

Em sua fala, P1 esclarece que tenta se comunicar com sua aluna deficiente auditiva de diversas formas, e enfatiza que há comunicação entre elas, porém, existem momentos de dificuldade durante a execução das atividades em sala, mas P1 não desanima e insiste deixando sua aprendiz a vontade na aula, e nota avanços pequenos em seu aprendizado, os quais a fazem não desistir de tentar. Partindo do exposto Mantoan (2005) explica:

Em primeiro lugar, um bom projeto pedagógico, que começa pela reflexão. [...]. Um bom projeto valoriza a cultura, a história e as experiências anteriores da turma. As práticas pedagógicas também precisam ser revistas. [...]. Atualmente, muitas escolas diversificam o programa, mas esperam que no fim das contas todos tenham os mesmos resultados. Os alunos precisam de liberdade para aprender do seu modo, de acordo com as suas condições.

Manton (2005) vem dizer que para executarmos uma boa aula, devemos de antemão planejar, isto é, precisamos articular nossas aulas com estratégias metodológicas que resultem no melhor atendimento do público dentro de suas diferentes limitações e/ou necessidades, para que assim o aluno sintam-se realizado e possa desenvolver cada vez mais seu aprendizado, proporcionando aos docentes possíveis resultados de sua prática em sala de aula.

Então, finalizamos nosso questionário perguntando: **“Como é tratado o aluno com deficiência auditiva em sala de aula?”**. *“Os colegas se irritam algumas vezes, por ela ser imperativa, por não conseguirem entendê-la, os colegas se irritam. Batem*

nas coisas, gritam, as vezes até mesmo eu me excedo um pouco. É descrita como carinhosa, atenciosa. Hoje já é mais respeitada. Essa dificuldade de se expressar pode ser resultado da imperatividade. Atividades que necessitam pintar, ela não gosta. É necessário um profissional adequado, que seja incluso no sistema de ensino, no quadro nacional. ”

Diante do que P1 colocou, podemos perceber que ela enfatiza sempre a necessidade de um profissional qualificado em educação inclusiva, para que este possa trabalhar melhor as qualidades do aluno deficiente, pois este virá com uma bagagem específica, que servirá de base para desenvolver o aprendizado dos alunos com deficiência. Diante desse ponto de vista Souza e Mourão (2012) aclaram:

De antemão, o educador deve estar consciente de que seu aluno enxerga, o meio pelo qual ele percebe o mundo. Isso vai nortear a metodologia do professor. Trabalhar imagens como recurso para abordar e explorar a compreensão do aluno surdo, sempre variando as perspectivas.

É extremamente importante que o educador veja seu aluno não apenas como um deficiente, e sim como um aluno que pode aprender dentro de seus limites, porém, cabe ao docente a tarefa de se desafiar e ir além de sua imaginação, para extrair do aprendiz resultados inesperados por meio do uso de recursos que para aquele aluno têm uma representação maior, ou seja, que fazem com que ele desenvolva-se e compreenda o seu contexto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de nossa análise sobre o processo de aceitação da criança com deficiência auditiva no ambiente escolar, pudemos perceber que isso ainda é algo muito escasso, pois a inclusão dessas crianças é feita de forma inadequada, sem que haja preparação tanto da escola quanto do professor responsável.

É necessário que o professor conheça métodos didáticos que estejam associados com teorias inclusivas, para que o processo de ensino aprendizagem aconteça. Em se tratando da surdez no espaço escolar, ainda existe uma grande defasagem de preparação dos docentes na rede pública de ensino, é crucial que recebam capacitações da L2 (segunda língua oficial do nosso país), ou seja, LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), e os sujeitos que dividem espaços com surdos também conheçam mais sobre essa língua e

adquiram habilidades para entender outros modos de linguagem. A orientação e o ensino de LIBRAS servem como amenizadores de preconceitos e permitem que os ouvintes não enxerguem essa deficiência como uma incapacidade da ação comunicativa.

Percebemos também, que é extremamente importante que haja um bom relacionamento entre professor e aluno, assim como com os demais membros da comunidade escolar. Trata-se pois, de um trabalho em conjunto, onde todos devem participar, e contribuir para o aprendizado dos educandos com deficiência auditiva, já que este é um público frágil, que necessita de uma atenção diferenciada, para que assim possam evoluir em seu aprendizado, e educar o seu intelecto.

Dessa forma, é de extrema importância destacarmos aqui que a nossa pesquisa ainda não foi suficiente para preenchermos todas as lacunas sobre esse assunto, deixando claro a necessidade de novos estudos relacionados ao estudo feito, para que assim torne-se cada vez mais esclarecedor esse tema de difícil prática, como é visto nos ambientes escolares.

REFERÊNCIAS

CRESWELL, John. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FREITAS, Neli Klix. **Políticas Públicas em Educação inclusiva: espaços e desafios para aprendizagem**. EDUCERE. PUC – PR. 2009

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora? novas exigências educacionais e profissões docente**. São Paulo: Cortez, 1998.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão promove a justiça. In: **Nova escola**. Disponível em: < <https://novaescola.org.br/conteudo/902/inclusao-promove-a-justica>> Acesso em: 18/09//2017 as 14:30.

MENDES, Rodrigo Hübner. **Artes visuais na educação inclusiva: metodologias e práticas do Instituto Rodrigo Mendes**. – São Paulo: Peirópolis, 2010.

SOUSA, Wilma Pastor de Andrade e MOURÃO, Carlos Antonio Fontenele. A alfabetização da pessoa surda: desafios e possibilidades. In: *Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Caderno de educação especial: a alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. -- Brasília: MEC, SEB, 2012.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

1) A escola está preparada para receber alunos com deficiência auditiva?

“Não está. Eu mesmo não estou preparada para recebê-los. Não sei falar libras. As atividades não conseguem ser feitas da maneira correta. São feitas apenas com o pai e mãe. A aluna é bem recebida. Deveria haver alguém preparado para ficar com ela. ”

2) A escola dispõe de recursos apropriados para o aluno com deficiência auditiva?

“Não. A escola não está preparada para receber o aluno especial com deficiência auditiva. É necessária mais preparação para com os profissionais. Mais recursos. ”

3) Como se dá o ensino para o aluno com deficiência auditiva?

“A chegada é como o todo o aluno, com seus materiais normais. As atividades são feitas como ela bem entende. Tento fazer ela entender através de gestos. Ela é hiperativa, sai da sala e corre pela escola. Vai na biblioteca e pega livros. Vejo pontos positivos nela, exemplo disso é que já ouvi momentos dela me chamar atenção para mostrar que seu nome estava errado. As vezes ela desiste das atividades, mas eu sempre a incentivo. Consigo fazer atividades com atenção especial, orientando-a bem de perto.”

4) Como é tratado o aluno com deficiência auditiva em sala de aula?

“Os colegas se irritam algumas vezes, por ela ser imperativa, por não conseguirem entendê-la, os colegas se irritam. Batem nas coisas, gritam, as vezes até mesmo eu me excedo um pouco. É descrita como carinhosa, atenciosa. Hoje já é mais respeitada. Essa dificuldade de se expressar pode ser resultado da imperatividade. Atividades que necessitam pintar, ela não gosta. É necessário um profissional adequado, que seja incluso no sistema de ensino, no quadro nacional. ”